

MEMÓRIA HISTÓRICA SÔBRE SOROCABA (1).

PRIMEIRA PARTE.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO.

A região de Sorocaba. Os indígenas e seus caminhos. Os dois Afonso Sardinha no Araçoiaba, 1589. Comunicação da Câmara de São Paulo ao Governador-Geral Dom Francisco de Sousa, 1597. Vinda dêste e primeiro pelourinho no Araçoiaba em 1599. Primeiro caminho. A mudança para Itavuvú em 1611. Paragem de Sorocaba. Moradores dispersos até o Sarapú. Transmigração da família patriarcal de Baltazar Fernandes de Parnaíba, em 1654. Casa grande no Lageado. Capela de Nossa Senhora da Ponte. Morte de Isabel de Proença. Doação da capela aos Padres de São Bento, 1660.

O município, 1661, Baltazar Fernandes, primeiro juiz-Presidente faz o arruamento, constrói a matriz e a casa da Câmara e falece antes de 1667. Seu retrato. Por que fundou Sorocaba?

*

A topografia do atual município de Sorocaba (2) mostra facilmente, a uma simples observação, limitando-o com Piedade, a serra de São Francisco e com São Roque, a do Inhaíba e Piragibú, nomes com que se conhecem os últimos afloramentos do complexo cristalino no planalto paulista, de envolta com formações sedimentares de valvitos e calcários, produzindo morros de variado feitio, e uma seqüência de colinas cobertas de catanduvras, cerrados e campos limpos, na direção do sudoeste, oeste e norte, interrompidos pelos capões de mato nas bai-

(1). — Fontes primárias: I. — Jornais de 1842 a 1930; II. — Livros da paróquia de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, a partir de 1679; III. — Atas da Câmara de Sorocaba, desde 1805; IV. — Inventários no cartório do 1.º officio, de 1800 a 1842; V. — Livros de notas de 1723 a 1734; VI. — Papéis Avulsos de 1720 a 1863 no Arquivo Público de São Paulo.

(2). — Esta Memória foi escrita antes de Mairinque ser desmembrada de São Roque e Votorantim de Sorocaba.

xadas e, outrora, pelas matas ciliares dos cursos de água. A altitude, que além de Itupararanga passa de 1.000 metros, chega a uma média de 600 nos campos, e, na cidade e no vale do rio Sorocaba, a 530.

Matas imponentes cobriam os Morros, nome local de uma continuação daquelas serras até a atual rua Cel. Nogueira Padilha e, em extensões continuadas, dois solos diferentes, o salmourão, decomposição do granito naqueles morros e serra, e o massapé. A terra de barro preto no divisor das águas do Sorocaba e do Tietê, descambando para Pôrto Feliz.

O campo limpo começa exatamente na cidade, à esquerda do rio e com as interrupções referidas dos bosques e matas beira-rio, estende-se até o Itararé, rio que em 1721 foi oficialmente o limite do município, vasto cenário para a pecuária, origem econômica de Sorocaba.

*

No século da descoberta havia indígenas transitando por Sorocaba, por um caminho terrestre-fluvial que ligava o litoral Atlântico, onde seria São Vicente, ao Paraguai. A trilha para pedestres, a um exame mais profundo, talvez fôsse mesmo alguns trechos de mata feita pela derrubada de árvores menores, provavelmente era o resultado do trânsito em zigue-zague no mesmo rumo, no mata contornando os troncos maiores e nos campos, apenas visando morros e vales à frente.

O morro do Araçoiaba com minérios de ferro em formação granítica, compreendendo talvez cinco léguas em sua extensão, a julgar pelo significado, foi denominado do litoral para o sertão ou, o que é provável, pelos que tiveram a sua maloca na margem do Ipanema, na aba oriental. Esconderijo do dia, lugar onde se esconde o sol.

Da passagem de índios dos grupos tupi por Sorocaba, em seu nomadismo, a certeza é completa. Dêles restaram os topônimos: Sorocaba, terra de vossorocas; Votorantim, morro de água branca; Itupararanga, salto barulhento; Ipanema, água ruim ou tal, em comparação com o rio grande; Itinga, água branca; Ipatinga, lagoa branca (hoje diríamos Lago Azul); Itapeva, pedra chata, primeiro nome da serra de São Francisco; Itavuvú, de Itapevuçú, pedra chata grande. Inhaiba, campo ruim, Nhonhom de Nhu-nhu, campo — campo ou campina; Nhu-mirim, campo pequeno; Iporanga, água bonita; Caputera, mata verdadeiro; Caguçú, mata grande; Cajurú, boca do ma-

to; Jurupará, garganta do rio; Pirajibú, rio do peixe; Pirapitinguí, rio de peixe vermelho segundo von Martius; Avecuia, talvez corruptela de Ibicuí, terra que cai, bassoroca ou vosso-roca, barroca; Bacaitava, acaso rio que corre entre pedras; Itabacaí, com semelhante sentido; Taquarivaí, rio do Taquaral; Itanguá, pedra ou piçarra amarela; Ceopirirí, rio dos Couros, corrompido em Supirirí; Itararé, riacho que fura a pedra (?); Jacareipava, lugar do rio do jacaré, corrompido em Jucurupava; Jundiacanga, cabeça do jundiá; Jundiaquara, buraco do jundiá (é o mesmo bagre); Cuiabá, lugar de cuias; Corumbá; Sarapuí, rio do sarapú; Boituva, muitas cobras.

Não se pode dizer quais dêsses topônimos foram adotados por índios aqui fixados temporariamente em aldeias. Desta, a de maior certeza é a do Araçoiabá. Pertence à arqueologia, pois foram desenterradas as igaçabas de seu cemitério, na confluência de um riacho com o Ipanema, lá por 1950.

Na Aparecida parece terem encontrado no século passado igaçabas.

Os limites dos vários grupos tupí-guaraní, embora mais diluídos que as fronteiras estaduais, existiam. Sorocaba era, já então, uma encruzilhada aonde convergiam, por onde viajavam e se limitavam, os tupís do Tietê, os tupiniquins e guaianazes de Piratininga, os carijós dos campos de Curitiba, os guaraní do Paranapanema e outros guaianazes, talvez, das nascentes dêsse rio.

Não foram encontradas, que se saiba, setas, machados de pedra e outras peças pré-históricas. Parece mesmo que não houve tabas no perímetro urbano.

*

O primeiro branco era o português Afonso Sardinha, que depois de residir em Santos passou para São Paulo, erguendo o seu solar no Butantã (hoje Casa do Bandeirante), onde tinha o seu trapiche, isto é, engenho de açúcar. Foi entrando para o sertão, à procura de ouro e prata, pelo Tietê abaixo, tendo principiado no Jaraguá. Do Ibituruna (junto a Pirapora) obliquou para a serra do Pirajibú tomando como referência um morrete isolado o Aputribú. Daí avistou a linda montanha ao poente. Descendo pelo vale do Pirajibú ao campo de Pirapitinguí deixou, à direita o depois chamado bairro do Varejão (nome de família de um sitiante do século XVIII) no atual município de Itú, atravessou o rio Sorocaba, ou na atual rua 15 ou na barra de Pirajibú, e somente três

léguas de campo o separavam do cobiçado morro coberto de espêssa mata. A data mencionada por Pedro Taques, 1589, é apenas aproximada, pois inclui a exploração nos outros pontos mencionados. Bateou algum ouro que até o século passado se encontrava em quantidade pequena em muitos rios da região e viu um minério de reflexo metálico que julgou ser prata e, enfim, fazendo roçar uma clareira no ribeiro das Furnas que subiu até as fontes, deu a primeira martelada em minério de ferro no Brasil.

Pelo costume, seus guias e companheiros índios conheciam os lugares e os nomes. O “mineiro” ou técnico de minas, que o acompanhava, era Clemente Alvares. Enfim, estava junto com êle o filho natural, quase que certamente, Afonso Sardinha-o-Moço, mesmo porque êle já estava sexagenário. Ambos se dedicavam ao bandeirismo de mineração e de caça ao índio, sendo assinalada sua presença por êsses anos nesse imenso sertão que vai do Tietê a Paranaguá e ao Rio Paraná. Tendo “limpado” de índios as proximidades do Araçoiaba, e localizado as minas de ouro, prata e ferro, não fundaram propriamente um engenho ou fornelho catalão, nem naquela data nem depois, conforme repetiram os cronistas e historiadores duzentos anos por um equívoco de Pedro Taques. Porém, nada mais certo do que ser o Araçoiaba o marco n.º 1 da siderurgia nacional, pois o minério foi reconhecido antes do de Morro do Pilar (Minas Gerais) e, para isso era mister um malho, uma pequena bigorna, fole e, talvez, um dos escravos africanos que o velho Sardinha foi o primeiro a introduzir em São Paulo. Na África o minério era trabalhado em instalações muito rudimentares. Aliás, ferro para comércio não foi produzido.

Descobertas as minas, pela legislação (Ordenações Filipinas confirmando as Manoelinas) devia o descobridor comunicar à autoridade, que distribuiria os lotes. Parece que a Câmara de São Paulo demorou a enviar um portador à Bahia. Somente em 1597 recebeu a grata notícia o Governador Geral:

Dom Francisco de Souza, por alcunhá Dom Francisco das Manhas, encontrara-se em Madri com Gabriel Soares de Souza, negociante na Bahia, autor do **Tratado Descritivo da terra do Brasil**, irmão de Pero Coelho de Sousa que procurava pra-

tá e ouro na lendária Sabarabuçu, tendo falecido na volta a cem léguas da capital. De posse do roteiro do irmão, Gabriel conseguiu favores em homens e título para governá-los, vindo a naufragar em Pernambuco, em 1591. Dom Francisco, tomara posse de Governador nesse mesmo ano e em 1592 auxiliou Gabriel Soares a reconstituir a expedição, na qual Soares também morreu. Todos iam morrendo no sonho da Sabarabuçu, como repete em **ritornello** Paulo Setúbal.

Dom Francisco enviou Martim de Sá em 1597 no rastro de Diogo Soares. Em outubro de 1598, sonhando atingir Sabarabuçu como que pela retaguarda, e avantajando em demasia a pequena mineração dos Sardinha, crendo fazer da capitania de São Vicente um nôvo Perú, embarcou para o sul, com uma comitiva de soldados portugueses e índios mansos para o transporte de pessoas e cargas e os primeiros trabalhos, não sem enviar antes, como administrador das minas, Diogo Gonçalves Laço, que chegou à vila de São Paulo em 13 de maio daquele ano.

*

No Espírito Santo deteve-se o Governador, enviando na direção da Sabarabuçu a Diogo Martim Cão. Parou pouco no Rio. De Santos a Cubatão, viajou em canoa. Subiu o péssimo caminho da Paranapiacaba em rêde. Nos arredores de São Paulo teria cavalgado. Chegou à vila do Planalto em maio de 1599. Foi um alvoroço inclusive nas modas masculinas. E sonhando sempre, partiu logo para as minas dos Sardinha, pelo caminho já descrito. Parte a cavalo, parte em canoa, parte em rêde, estava nas Furnas, triste sertão entre campos, no fim do ano. Em data não sabida de 1599 fundou no local a vila de Nossa Senhora de Monte Serrate, erigindo o pelourinho, um esteio de madeira de lei com uma faca e um gancho de ferro, objetos êses, nos ricos pelourinhos de pedra, menos grosseiros e coroados com as armas reais.

*

Continuam os escritores, uns aos outros se copiando, a dizer que êste povoado se chamava Itapevuçu, quando é ressa-bido em Sorocaba que Itavuvú, corruptela de Itapevuçu, é duas léguas a nordeste. Alguns meses ficou no Araçoiaba, que também se chama Ipanema por causa do ribeirão, no meio de tanta penúria, aquele grande teimoso, enviando os mineiros para os arredores, por exemplo a Bacaetava e ao Sarapuí. Em 1654 já havia uma ponte no rio Sorocaba, no lugar da atual. Somente

um Governador tinha gente e dinheiro para construir uma, neste sertão. Ainda que estreitinha. E' que o passo do rio, desde talvez os índios, só podia ser abaixo das cachoeiras em local meio raso, antes de espriaiarem-se as várzeas.

Nas Furnas havia ranchos de pau-a-pique, palmeiras e sapé. Nenhuma rua. Nem vereadores. Nem paróquia. Uma Santa Cruz coberta, sim. A história não conta nem sequer se o Governador trazia algum padre consigo. Acho que sim. Os portugueses e os paulistas observavam tal costume.

Em 1601 Dom Francisco retornou a São Paulo, donde embarcava (descendo a Santos) para a Espanha cêrca de 1605, sem retornar a Bahia como Governador, por haver sido substituído nesse interim. Como se sabe, foi êle quem animou os bandeirantes oficialmente em suas grandiosas empêsas, numã das quais faleceu Afonso Sardinha, o Moço, em 1604, enquanto o seu velho pai falecia na sua casa pouco depois de 1616, o primeiro, assistido pelo padre João Álvares, o segundo, pelos jesuítas do Colégio, herdeiro êste de seus haveres.

No ano de 1601 Dom Franciscó enviou moradores a Araçoiaba, dando-lhes terras "para lavrar mantimentos". Não foi preciso lotear as terras auríferas, não as havia, mas o povoamento da vila era útil como, em linguagem moderna, nova bôca de sertão. Francisco Rodrigues "está a caminho para Biraçoiaba (outra forma do topônimo)" com outros que para lá vão "a 14 de julho daquela ano recebe uma légua de terra em quadra além da montanha, Sarapuí abaixo, ao sul, hoje território de Tatuí, por onde passa a estrada de rodagem".

Não se sabem os nomes de outros moradores, mas havia-os. Em julho de 1601 ainda estavam nas Furnas os mineiros, e Dom Francisco tinha esperanças, proibindo os moradores de entrar nas minas, menos os dois Afonso Sardinha. Nunca se corporificou na vila o símbolo do pelourinho.

*

Havia moradores dispersos, desde que nada se encontrou.

O mapa da navegação do Tietê por Dom Luiz de Céspedes Y Xeria em 1628 denomina Sarapuí ao rio Sorocaba, e diz que rio acima há povoadores. Eram os remanescentes de Araçoiaba e Itavuvú.

Sabe-se que o pelourinho foi mudado concretamente (ou se erigiu outro, sendo simbólica a mudança), para o Itavuvú e por ordem de Dom Francisco de Souza, com certeza histórica indireta. Isto é, em 1661 Baltazar Fernandes requereu a mu-

dança do pelourinho erigido por Dom Francisco de Souza a légua e meia da atual Sorocaba. Desaparecido o documento original, várias cópias existentes falam em “meia légua”, mas é erro de cópia. Quanto a êsse local ser o Itavuvú é verdade que a distância de légua e meia podia recair em outros sítios, mas não naquele que os cronistas acertaram chamando Itapebuçú e só erraram confundindo-o com o Ipanema, que está a três léguas. Se Dom Francisco veio pessoalmente a erigir o pelourinho, foi pouco antes de 11 de junho de 1611, dia de sua morte em São Paulo. E depois de 1609, quando chegou pela segunda vez a Piratininga, feito governador das capitanias do sul e administrador das minas. Vinha com a promessa do título de Marquês de Minas, que seus descendentes lograram, isto é, receberam, tão relacionado com a nossa história local.

O ano de 1611 é não só conveniente, mas muito plausível, por estar sob o nome São Filipe, no mais antigo mapa em que aparece a região de Sorocaba, do holandês João de Laet. O que a tradição oral guardou é a localização da segunda Sorocaba no Itavuvú. Lá estão hoje, com casas mais modernas, como que duas ruas em ângulo reto e num dos lados a capela, sucessora de outra que também não era a primeira. Deve ter havido um rancho para uma cruz, pelo menos. Outra curiosidade é que a margem esquerda do Piragibú, no Mato Dentro e perto da atual Aparecida, começou a ser povoada nesse mesmo ano, aparecendo por limite o caminho, parte do que já delineamos.

Mas nem Parnaíba era vila. Era uma fazenda de Suzana Dias, viúva de Manuel Fernandes Mourão, os pais de três homens notáveis: André, Baltazar e Domingos, respectivamente fundadores de Parnaíba, Sorocaba e Itú. Ela casou-se pela segunda vez.

Entre 1611 e 1654, tudo é silêncio, menos as sesmarias de André Fernandes, uma das quais êle doou antes de 1648, ano de sua morte, a Baltazar. Em 1625 Parnaíba torna-se município e êsses moradores prestam-lhe obediência. No ano de 1646, segundo informaram em 1747 ao vigário Pedro Domingues Pais, já havia moradores em Sorocaba.

Nesse interim, André Fernandes tornava-se um dos maiores bandeirantes da caça ao índio. Baltazar o acompanhara em mais de uma expedição. Na destruição do Guará, terminada em 1629-1630, os paulistas e parnaibanos passaram por Sorocaba na ida e na volta, no atual rumo da estrada de ferro a Itararé e daí ao alto Tibagi, onde estavam as últimas povoa-

ções. Daí vieram com os últimos prisioneiros acompanhando os sertanistas, os jesuítas castelhanos Mansilla e Macetta. Embora a viagem ao baixo Paranapanema mediante o rio Pardo, subindo a cuesta de Botucatu fôsse comum, os bandeirantes chegaram às reduções de Santo Inácio e Loreto, na barra do Tibagi, fazendo a volta por Itararé.

Em 1617, Domingos, que era menos sertanista, estabeleceu-se em Itú. Em 1634 estavam os três irmãos reunidos junto ao leito de morte da matrona Suzana Dias assistida por um vigário castelhano, que o fôra da desbaratada Vila do Guará, povoação de castelhanos à esquerda do rio Paraná e junto a um ribeiro, perto das Sete Quedas. No ribeiro havia uma ponte que se atravessava para chegar a uma devota ermida de Nossa Senhora. Como aquêles brancos viviam do trabalho dos índios na coleta do mate nativo, com a escravização e destruição dêles, pagãos e cristãos, pelos paulistas, abandonaram a sua pobre cidade, matriz e ermida, muitos dêles, com o vigário, fixando-se em Parnaíba, com os **teres** e os **penates**, isto é, as imagens, com é curial supor.

Em 1636 Baltazar Fernandes está com André nas reduções orientais do Uruguai, território do Rio Grande do Sul, onde se proveu dos últimos escravos chegando o seu número, em Parnaíba, a quase quatrocentos, incluídas as crianças. Para êsses sertões os paulistas preferiam fazer a viagem de canoa, de Santos a Laguna, onde agiam os seus “cunhados” índios como espiões e auxiliares. Nessa ocasião, o capelão da bandeira, que parou uns meses na redução de Santa Tereza, onde os bandeirantes foram excomungados pelo bispo de Buenos Aires, era o padre Francisco de Oliveira, filho de André, ordenado em Assunção.

André fêz testamento em Parnaíba em 1641 e foi morrer no oeste longínquo em 1648. Baltazar aquietou-se, chefe natural de sua vila, juiz, vereador, dono de terras, moinho de trigo e ferraria ou pequena fundição de ferro, seqüestrada em 1645.

Com os de Parnaíba, Baltazar que chegara em 1639 do sul, forçosamente se incluiu na campanha de tôdas as vilas para a expulsão dos jesuítas de São Paulo e Santos, por causa do famoso breve de Urbano VIII, de 1639, sôbre a liberdade dos índios. Em 14 de maio de 1653 assinou como procurador de Parnaíba na câmara de São Vicente, cabeça da capitania juntamente com os representantes de tôdas as vilas, a composição amigável para a volta dos Padres.

Como em 1654 já o testamento de sua mulher menciona a sesmaria do Aputribú e em 1660 aí residia um de seus genros, Manuel Bicudo Bejarano, é de crer que já tivesse colocado a escravaria na lavoura nesse local e enviado alguns para o curral de gado na paragem de Sorocaba, pois não imigraria com tanta gente sem preparar ao menos uns ranchos. Estava se despegando de Parnaíba, onde em 1648 falecera a filha Isabel, mulher de Diogo do Rêgo e Mendonça, e sentia-se, pôsto que septuagenário, com ânimo de fundar uma cidade em suas terras. Espicacara-o a elevação à vila, no ano de 1653, da paróquia de Itú, fundação de Domingos e desejava imitar a André, atraindo os monges de São Bento.

*

De repente os acontecimentos se precipitam. Todos os cronistas dão o ano de 1654 para a chegada do Fundador com a sua grande família. Mas em 1960 foi descoberto no Arquivo Público de São Paulo o testamento de Isabel de Proença, a segunda espôsa, feito em novembro de 1654, o qual se refere à casa grande e a igreja (*sic*) da fazenda. A igreja de taipa, mesmo que estivesse apenas coberta, devia ter demorado a ser levantada. A casa primitiva era de pau-a-pique, mas grande. O que é certo, pois, é que a casa terminou de ser feita e a igreja pôde funcionar em dia e mês não sabido de 1654, tendo-se adotado, por falta de efeméride, o dia da Padroeira para as comemorações oficiais. Podemos supor, pois, que a mudança não se fêz num dia ou dois ou três de viagem, por uma extensa caravana composta do chefe, da matrona, filhas solteiras, casadas e genros, os 370 e poucos índios, os trastes. São seis léguas daqui ao Aputribú, uma longa jornada. Os índios viajavam a pé e também carregavam fardos. Já havia cavalos para os brancos, muito poucos embora. Os mesmos podiam servir de cargueiros em várias viagens, na falta de burros, então inexistentes. Nem é hipótese absurda o carro de boi, num caminho mau, de mais de meio século, com a ponte no rio grande, ao chegar.

Damos a hipótese arrojada de ser esta ponte já de 1599. Em todo caso, levaria mais de ano para construir, e aquele testamento a menciona. Os escravos sob direção do Fundador teriam, pelo menos, vindo construí-la antes da mudança.

Por que a casa além e não alguém dos que chegavam, visto como a sesmaria compreendia uma légua de cada margem? A pecuária exigia o campo, e na margem esquerda havia ain-

da o mato virgem, menos na várzea. Desejava Baltazar um local para uma cidade e isso era mais belo, mais higiênico e mais fácil no campo.

*

Baltazar Fernandes fixou-se em sua casa à beira do córrego Lageado em sua foz no rio Sorocaba, em 1654.

As ruínas que lá estão hoje são de taipa de pilão, mas muito velhas, possivelmente do século XVII. Se êle mesmo, com os mesmos índios que pilaram a capela, não construiu esta outra, pelo menos ela está no mesmo local.

Com água tirada do córrego fêz mover a roda do seu moinho de trigo, de que foi o primeiro plantador, da mesma sorte que trouxe mudas de vinha. Para o passadio dos índios, mandioca. Para vestes grosseiras, algodão arbóreo. Além do gado vacum, o suíno e talvez o ovelhum, que era uma tradição em São Paulo, servindo a lã para cobertores, peças de arreios, chapéus de feltro. Não há certeza. Não se fala em milho e feijão, talvez por ser evidente que deviam plantar êsses mantimentos.

*

A capela de Nossa Senhora ou igreja é a mesma dedicada a Santa Ana e popularmente chamada de São Bento, e a doação dela aos Padres de São Bento postulava a construção das celas junto à mesma. Até agora o convento nunca foi reconstruído e a linha da sua fachada é a mesma da igreja. Esta andou em obras muito tempo, mas as paredes, a madeira, a estrutura, tudo leva a crer que o arcabouço se conservou. “Nesta paragem de Sorocaba, onde tem sua fazenda e igreja”, diz o inventário de 1655.

Um documento especial não diz que o padre Francisco de Oliveira celebrou a primeira missa de Sorocaba nessa capela, mas documentadamente se prova que êle era vigário de Parnaíba em 1654, sobrinho do Fundador e em novembro sua tia estava à morte e fêz testamento.

Ora, naquela época, o vigário é que ungia os seus parquianos, mesmo que houvesse outros padres, como havia na sede os dois beneditinos. E’ claro que podiam vir todos os três. Mas não abandonariam a vila assim pelo menos por cinco dias, bastando um.

E’ portanto, extremamente provável que o sobrinho do Fundador, mesmo por uma questão de amor ao sangue, ti-

vesse dito a primeira missa na capela de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, "da paragem de Sorocaba". Ano exato, 1654.

Creemos ter sido a 21 de novembro, dia de Nossa Senhora da Apresentação, que foi o dia da festa da Padroeira até 1925. Coincidia a doença e testamento da tia em 28 do mesmo mês. Em fins de março de 1655 ela jaz na igreja de São Bento, na capela-mor. Na igreja, por não haver outra para ser o jazigo dos fundadores, e na capela-mor, por ser quem era. Eis aí como se obtém certeza moral, a única possível, raciocinando. Em ciências experimentais, o método é diverso. Não havendo o atestado de óbito, resta lugar para a chicana, pois não era possível que levassem o corpo em dois ou três dias, com mau cheiro, a Parnaíba, contra a vontade da testadora, que desejava sepultura onde morresse, como era impossível que a levassem a falecer em Parnaíba...

Pelo testamento se vê que Baltazar possuía duas sesmarias em Sorocaba, a começar da ponte a de além-ponte, uma e outra de uma légua em quadra, nas duas margens.

Com o fundador veio a imagem de Nossa Senhora da Ponte, que é alta, mas de roca ou vestir, isto é, cabeça e pescoço, duas mãos e o Menino Jesus em peças separadas, fáceis de transportar, armar e revestir, o vestido cobrindo o lugar onde seriam os pés. Os títulos e invocações marianas são centenas, acaso milhares. Poucos têm origem num mistério litúrgico ou num fato da vida de Nossa Senhora. Além de outras origens, muitos vem de topônimos. No rio Lima, no Minho, no século passado havia uma capela de Nossa Senhora da Ponte, junto à ponte. No Recife, pelo mesmo motivo topográfico, uma Nossa Senhora da Conceição da Ponte. Uma vez organizado o título, da imagem primeira podem tirar-se muitas imitações e levar-se até a outro continente.

Baltazar teria na família uma cópia destas.

Mas as feições da escultura parecem castelhanas. Documentadamente, em Vila Rica do Guairá houve uma Nossa Senhora junto de uma ponte. O vigário veio para Parnaíba e era amigo dos Fernandes. Uma capela vai construir-se num bairro. O vigário da paróquia tem uma imagem disponível, talvez a tenha entregue ao construtor, suponhamos que a capela no Guairá seja da família Torales e Riquelme de Gusman, a qual pertenceu o célebre jesuíta Ruy Dias de Gusman, autor de **La Argentina**.

Era a família da primeira mulher de Baltazar.

A terceira hipótese é que o título se deveu à própria ponte de Sorocaba, existente no lugar. Tem contra si que a capela foi ficar a um quilômetro da ponte e em 1660 o topônimo era somente “paragem de Soracaba”; em 1654, quando êsse nome sonoro surge escrito no primeiro documento existente, era fazenda, sítio de Sorocaba. Teriam escrito “da ponte de Sorocaba”.

O que paira acima das hipóteses é a interpretação mística já desenvolvida por frei Agostinho de Jesus cêrca de 1709; Nossa Senhora é a ponte que liga o céu e a terra. Penso que a escôlha do dia 21 de novembro para a festa litúrgica é por analogia com Nossa Senhora da Escada, que se festeja nesse dia.

De 1654 a 1660 e dois primeiros meses de 1661, sabe-se que vieram povoar Sorocaba: Baltazar Fernandes, casado com Isabel de Proença, cêrca de 370 administrados índios, três filhas solteiras, Mariana, Custódia e Verônica, os netos ainda menores Pedro e Francisco, filho do já falecido Antônio Fernandes de Abreu, os filhos menores Manuel e Luís.

Gabriel Ponce de Leon, casado com Maria de Torales, geralmente tida como filha do primeiro matrimônio de Baltazar e talvez apenas enteada, segundo Américo de Moura e Carlos da Silveira. Morreu em 1655, depois de maio.

Capitão André de Zunega Y Leon, filho do casal Gabriel e Maria, era casado com Cecília de Abreu, sua tia consangüínea ou afim, filha de Baltazar e Isabel. Mas em 1650 estava no sertão.

Pedro de Miranda, viúvo de Isabel, filha do fundador, com dois menores: João e Pedro. Êste casou com Maria Diniz.

Manuel Bicudo, casado com Potência de Abreu ficou com o seu sítio no Aputribú, às vêzes considerado dentro dos limites de Sorocaba, as vêzes de Itú, enfim tornando a Parnaíba. Em 1650 êle estava no sertão. Diogo do Rêgo e Mendonça casou com Mariana de Proença, 10a. filha de Baltazar, antes de 1661.

Bartolomeu de Zunega Y Leon, casado com Verônica Dias, depois de 1655.

Manuel Fernandes de Abreu, casado com Maria Bicudo de Mendonça. Ficou Luís Fernandes de Abreu, último filho, então solteiro, casou depois e mudou-se. Outro Gabriel Ponce de Leon, casado, seus irmãos Sebastião e Bartolomeu de Contreras, filhos do 1.º Gabriel, Antônio de Oliveira Falcão, casado com Ana Rodrigues de Torales, irmã dos três precedentes.

Dos genros do Fundador só não vieram Aleixo Leme de Alvarenga e Pedro Correca.

Popularmente se diz “seus genros castelhanos” dando maior importância a André, Gabriel e Bartolomeu, que eram da extinta Vila Rica de Guará, onde Baltazar se casou pela primeira vez na família Torales e Zunega, de antigos conquistadores de Assunção do Paraguai. Os Ponce de Leon eram marqueses na Espanha; êste e o do México seriam o ramo empobrecido.

A localização da primeira casa de Sorocaba, a de Baltazar, foi feita mediante os comentários de Joaquim José de Oliveira à cópia que efetuou, lá por 1840, dos documentos então existentes no convento beneditino sobre a demanda com a Câmara. Por maior felicidade, a primeira transcrição impressa em 1870 no jornal **Sorocaba** ao falar da casa no antigo ribeirão do Moinho, então Lageado, acrescenta: onde reside Teotônio José de Araújo. Como êste era presidente da Câmara Municipal, foi fácil alcançar a tradição oral, que apontava antes dêle o padre Florentino Oliveira Rosa, cujo oratório existia.

Diogo do Rêgo e Mendonça residia a uma certa distância da ponte. Nada se sabe dos demais genros, filhos e netos de Baltazar.

No campo do Itapeva, por interpretação das palavras “campo onde está Brás Teves” combinadas com as limitações do patrimônio beneditino, residia Brás Esteves Leme. Êste capitão Brás Esteves Leme era mameluco, filho de pai homônimo que não se casara e tivera catorze filhos de diversas índias. Casou-se com Antônia Dias. Antes de falecer em 1678, havia-se mudado para o sítio além do rio Sarapuí, junto à barra dêste no Sorocaba, onde fundou uma capela a Nossa Senhora da Conceição. Era sogro do primeiro Pascoal Moreira Cabral, dono da fazenda hoje São Francisco, talvez no mesmo local de onde se mudou Brás Teves. Êste Brás Teves teve também vinte filhos naturais ou mamelucos.

Pascoal Moreira Cabral era neto materno de André Fernandes. Sua sesmaria, limitando-se com a de Baltazar, teria sido uma das muitas do avô. Não há certidão de batismo do 2.º Pascoal, o fundador de Cuiabá; as crônicas o marcaram para sempre como sorocabano, o que também significava morador antigo. Pela crônica, nasceu em 1655, em Sorocaba.

Com Esteves e Moreira, passamos de Parnaíba a São Paulo donde eles vieram. Os Moreira estavam ligados aos Domingues, de Santo Amaro.

Irmão de Pascoal, o alcaide-mor Jacinto Moreira Cabral. Já agora podemos dar não a máxima probabilidade, mas com um documento que, afirmando a presença de Jacinto em 1661, corrobora a dos outros.

O alcaide-mor (título honorífico) Jacinto Moreira Cabral casado com Maria Leme da Silva, tia dos irmãos Leme, morava dentro de uma sesmaria de uma légua em quadra, a começar no Supirirí, e à qual servia o que se tornaria o Caminho Fundo. Talvez na Vila Barão.

Cláudio Furquim, nome resumido de Cláudio Furquim de Camargo, paulistano, casado com Catarina Colaço da Costa, era negociante e devia morar no centro da vila em 1661. O primeiro comerciante de Sorocaba.

Pascoal Leite Pais, de identificação difícil porque não podia ser o velho irmão de Fernão Dias Pais, e logo morreu em Parnaíba.

Domingos Garcia, que seria o filho solteiro de Garcia Rodrigues Velho ou o cunhado de Amador Bueno, ambos ligados por afinidade ao Fernandes.

Francisco Sanches, também do Guairá.

Possivelmente os Moreira Cabral já tinham vindo a abrir caminho por Cotia e São Roque já existentes, saindo na serra de São Francisco. Provaremos que pouco depois os Domingues vieram por aí. Em todo caso, o grosso da população fundadora é parnaibana chegando pelo Aputribú.

*

O falecimento da primeira sorocabana, dona Isabel de Proença, foi nos primeiros meses de 1655.

Em 21 de dezembro de 1660 Baltazar Fernandes garantiu a fundação doando aos Padres de São Bento, de sua Parnaíba, a capela, terras, um touro, doze vacas, moço índio para a sacristia e moça para a cozinha, doze índios para a lavoura e criação, uma roça de mandioca para comêço, a propriedade da vinha e do moinho, reservando-se o uso-fruto, tudo isso desde a assinatura da escritura, e que aconteceu no sítio do genro Bejarano em Apotribú, a 21 de abril de 1660, sendo aceitantes frei Tomé Batista e frei Anselmo da Anunciação. Comprometia-se a testar tôda a sua terça em bens móveis e de raiz a favor dos Padres; evidentemente fazendo a conta para com-

pletar os bens já doados em vida. O cônjuge só podia dispor da terça sendo os dois terços dos herdeiros necessários.

O inventário dêle, o primeiro que se fêz em Sorocaba, foi lido por Silva Leme cêrca de 1900 e então, com todos os papéis dos cartórios até 1800, foi recolhido ao Arquivo Público de São Paulo, onde não são catalogados e expostos à consulta, senão alguns. De muitos a humidade fêz uma pasta a ser aberta por técnicos. Dos limites do patrimônio em terras existentes até hoje, resulta que o terreno doado por conta da terça, em vida, era quase todo. A conta é um terço de duas léguas quadradas, sendo a sesmaria total duas léguas. Possivelmente, havendo outras sesmarias e bens móveis, a partilha reservou para os Padres o que faltava para a terça total em escravos.

Eis a delimitação do patrimônio em terras, em 1660, da ponte do Sorocabã até o ribeirão do Itapeva, rio acima. Daí pelo campo até mais ou menos a Vessoroca, fazendo ângulo e continuando até Diogo do Rêgo, além do Supirirí e, de nôvo em ângulo, procurando a ponte.

Entre esta e a casa, ficou em uso-fruto para o doador a vinha, situada nesse trecho, havendo mata perto da atual rua Santa Cruz, como a havia, e comprida, atrás da capela.

Os Padres aceitaram o compromisso de edificar o convento, o que não os impedia de estender para isso a mão aos moradores. O Visitador do Brasil, em nome do abade geral, que residia em Tibães, Portugal, deve ter aceitado a doação, mas não há documento.

Um mosteiro beneditino pelos seus benefícios espirituais, atrairia os moradores ao mesmo tempo que, tendo patrimônio em terras, servia de engôdo a moradores pobres sem sesmaria, por meio de fôro razoável.

A confusão das éras de 1660 e 1661 pelas cópias do já citado Oliveira, que claudicou noutros pontos, mas com a mesma efeméride 21 de abril para esta escritura tão importante, se explica pela data de 3 de março de 1661, que é a da criação da vila. Nas cópias dos livros do Tombo do Mosteiro e da Catedral, do século passado, está o ano de 1661. Idém, na Coleção Oliveira, publicada por Camargo César muitas vêzes. Azevedo Marques no seu dicionário, no artigo completo sôbre Baltazar diz, 1660, e na cronologia, a modo de índice, dá 1161. Afonso d'E. Taunay, na *História antiga da Abadia de São Paulo*, prefere 1660, copiando o texto de Marques. Este felizmente dá a fonte: **Livro de Notas de Parnaíba de 1660**. Aliás, a crítica do texto é

décisiva. Lá está paragem e não vila de Sorocaba. O tabelião é de Parnaíba, quando aqui já havia um, se fôsse em 1661.

Os Padres não tinham ainda principiado a construção, quando o Fundador teve notícia da presença em São Paulo de Salvador Correia de Sá e Benevides, governador das capitânicas do sul, expulso pelos fluminenses amotinados, mas bem recebido pelos seus governados do Planalto.

Em estrito direito, o povoado devia ser elevado à vila pelo capitão-mor (às vêzes acumulando com o cargo de ouvidor) que governava cada três anos a capitania de São Vicente em nome dos donatários. Porque os povoados de Araçoiaba e de Itavuvú só tiveram o pelourinho e tôda a região era município de Parnaíba, de que se devia desmembrar.

Mas Baltazar ou o próprio Salvador Correia se lembraram do pelourinho de Dom Francisco de Souza, talvez concreto, talvez simplesmente como tendo existido. Ele requereu ao Governador a mudança do objeto, considerando haver na paragem de Sorocaba trinta casais, o número da lei.

“Pro forma” e agradando ao Ouvidor do Donatário, Salvador fê-lo verificar a verdade do requerimento e autorizou a mudança real ou simbólica (podia-se fazer outro nôvo) a 3 de março de 1661, nomeando, os oficiais da Câmara.

A primeira Câmara foi nomeada. De janeiro de 1662 começaram as Câmaras eleitas segundo as Ordenações do Reino até o ano de 1829 inclusive, pois a Constituição de 1824 aboliu o sistema, porém a lei complementar ou regulamento, demorou um pouco.

A sociedade brasileira em formação seguia a de Portugal, com as suas três classes: clero, nobreza e povo, e que longe de serem castas estanques, se intercomunicavam plenamente. O plebeu tornava-se nobre e vice-versa. O nobre não podia trabalhar em serviços mecânicos, como ferreiro, senão por amadorismo e, no Brasil, por dispensa tácita, para ensinar e dirigir os escravos, ou, vendo-se obrigado a ser nobre com a eleição para vereador, por exemplo, largava o ofício, mesmo porque todos tinham terras à vontade e a sua lavra não impedia a nobreza. Os homens do povo ingressavam na nobreza pela eleição de juiz ou vereador e patentes de oficial de milícias ou ordenanças, primeira ou segunda linha, e para cargos como ouvidor, escrivão. Muitos ficando ricos justificavam a nobreza em cartório mediante testemunhas, provando sangue limpo de cristão nôvo ou mouro até quarta geração ascendente, formando árvores genealógicas, etc. O in-

terêssé maior estava em não ir à prisão comum, em não ser enforcado, mas decapitado, e pouco mais, pois a vastidão da terra e a interpenetração até com a que não era classe, os escravos, mais a pobreza em moedas e bens móveis de luxo, praticamente igualava a todos. Quando os filhos, na partilha da herança paterna, se viam prejudicados com a sua dinamização ou esfarinção entre a prole mameluca ilegítima, alegavam nobreza, e os filhos naturais não herdavam. Nosso Braz Teves assim foi prejudicado, com os irmãos, pelos nobres Leme, irmãos do pai, mas já os seus filhos naturais herdaram com os legítimos, porque êstes não opuseram embargos ao juiz de órfãos, como fizeram, cêrca de 1805, outros sorocabanos contra seus irmãos da esquerda, e venceram no fôro local.

Os que uma vez foram vereadores eram os “homens bons” que compareciam à Câmara trienalmente, elegendo pelo sistema dos pelouros, juizes e vereadores. Os nomes votados em segredo eram pelo juiz presidente apurados até a maioria necessária para os três anos. Chamava-se a isso “limpar a pauta”. Não havia urna. O “homem bom” dizia os nomes a quem escrevia. Três papéis com cinco nomes eram respectivamente collocados em três bolas ocas de cêra, os pelouros, e chaveados êstes no cofre da Câmara. Em janeiro um “anjo”, isto é, um menino, tirava a bolá para aquêle ano, à sorte. Na substituição por morte ou licença, o anjo tirava um papelzinho com o nome, dos muitos de chapéu, como se fazem os juizes de festa. Era a eleição de barrete.

*

Sorocaba teve dois juizes ordinários, dois vereadores e um procurador, formando a vereança. Eram os oficiais da Câmara, popularmente camaristas. A Câmara nunca teve título de Senado como no Rio, antes era preferentemente chamada Conselho. Os dois juizes ordinários, assim chamados por diferirem do juiz de fora, bacharel de Coimbra, legislavam, em Câmara e exerciam funções judiciais e até policiais. A Câmara prendia, tinha cadeia, e, no Brasil, quase sempre junto no mesmo prédio, no andar térreo, se era sobrado. Um dos juizes ordinários presidiá a sessão, era, então, juiz-presidente.

No mesmo dia 3 de março de 1661 Salvador Correia de Sá e Benevides, amicíssimo dos Fernandes, nomeou juizes Baltazar e seu genro André de Zunega, vereadores Cláudio, Furquim e Pascoal Leite Pais e procurador Domingos Garcia. Fêz escrivão da Câmara a Francisco Sanches, cujo cargo não era eletivo.

Não se conhecem atas dêsse tempo. Sabe-se que o Fundador construiu a casa da Câmara e Cadeia, em frente da qual pôs o pelourinho, na esquina das atuais ruas de São Bento e Barão do Rio Branco, e pelo menos localizou e deixou bem adiantada a matriz. Nessa qualidade e como juiz presidente, sòmente êle podia fazer arruar a sua querida vila. Tanto a face da Câmara para a atual rua Barão do Rio Branco, como a fachada da matriz formam perpendiculares com a de São Bento, olhando para lesnordeste, não inteiramente a leste ou nascente para seguirem a direção longitudinal da lombada. São de 1661 a rua São Bento obtida com uma reta desde a igreja até a Câmara, então localizada, e a rua Barão do Rio Branco e a praça da matriz com a rua Dr. Braguinha até a primeira esquina.

Baltazar Fernandes já era falecido em 1667, eis tudo o que restou em documento por mão de seu filho Manuel Fernandes de Abreu. Como o seu inventário foi o primeiro aqui feito, seguindo-viu Silva Leme, a morte se deu mais perto de 1661 do que de 1667 e entre o jazigo já pronto, na igreja de São Bento, e a matriz em obras, a escôlha da sepultura é tanto mais evidente quanto em São Bento os monges rezavam uma missa por mês por sua alma e, pelo costume, aspergiam (ou deviam fazê-lo) o túmulo real e não o simbólico do pano prêto.

Nascera perto de 1580 ou no Ibirapuera, onde era a fazenda dos pais ou já em Parnaíba, para onde Suzana Dias se mudou nessa época. Fundou uma cidade já quase otogenário. Seu nome pertence à história da conquista do interior do Brasil pelos paulistas.

*

Por Suzana Dias era neto do português Lopo Dias que, em dúplice opinião, foi genro ou de João Ramalho ou de Tibiriçá. Tinha, pois, sangue índio a começar de uma bisavó ou trisavó, Bartira. Talvez fôsse moreno, com alguns traços indiáticos, êle que tantas qualidades de robustês e coragem herdou da gente tupí-guaraní. Algumas cópias de seu retrato são tiradas do quadro de Etoze Marangone: **A Fundação de Sorocaba**, reconstituição muito feliz. Salvador Correia, a quem se deve a oficialização dos esforços anteriores, tem retrato verdadeiro.

*

Não se pode reduzir a um esquema único o motivo da fundação de Sorocaba. Não nasceu a atual cidade da mineração, que

tinha acabado em nada. Não nasceu da pecuária e lavoura de mantimentos em si, que eram pequenas e nunca foram grandes. Não nasceu da feira, mas deu origem à feira de animais ou pecuária transportada.

Não nasceu da ponte, por uma parada obrigatória de viandantes ao transpor o rio, porque morava pouca gente além do mesmo. Não veio do rio como caminho andante, navegação fluvial, inexistente antes de 1654. Nem procedeu do desejo dos sertanistas de abandonarem terras velhas para abrirem fazendas de lavoura na mata virgem. Todos êsses motivos influíram, alguns com sugestões para o futuro, como o caminho, a ponte e a pecuária. Foi a vontade de um homem desejoso de imortalidade terrena e celeste, que fundou a cidade e a religião na paragem de Sorocaba, coordenando os motivos econômicos presentes ou futuros.

Em suma, pelos motivos econômicos o sítio ou lugar da cidade podia ser escolhido, como foi, livremente, numa grande região desde Itú para o sertão.

(Continua).

ALUÍSIO DE ALMEIDA

Do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de
Sorocaba